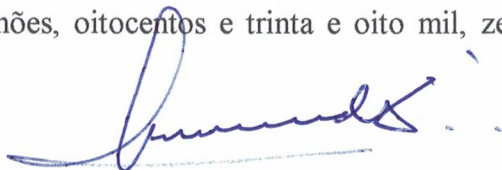
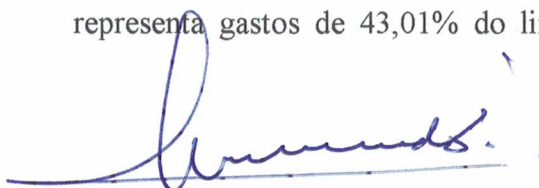


AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE DE 2022.

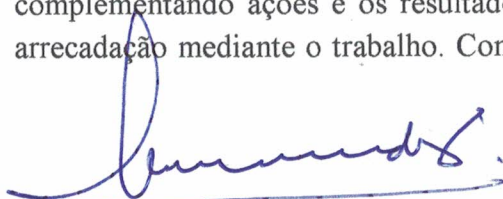
Audiência Pública realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte dois, com início às quatorze horas e trinta minutos, na Câmara Municipal de Petrópolis para fins de cumprimento das metas fiscais, referente ao 2º quadrimestre de dois mil e vinte dois. Com a palavra de abertura o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Vereador Fred Procópio, cumprimenta a todos e anuncia as autoridades presentes: O Controlador Geral do Município, Sr. Thiago Mesquita Gibrail; Subsecretário de Fazenda, Alexander Silva e o Contador Geral do Município, Sr. Juarez Borges; Sr. Hingo Hammes, Presidente da Casa Legislativa, e o Vereador Dr. Mauro Peralta. Com base no Edital 0034/2022, em jornais de grande circulação, e por meios de comunicação. A Câmara em sua prerrogativa constitucional de fiscalizar os serviços prestados no âmbito do município de Petrópolis nos termos do Art. 31 da Constituição da República, de acordo com a determinação disposta no Art. 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal LC. Nº 101, de 4 de maio de 2000. Diante disso, o encontro de hoje é uma oportunidade para a sociedade civil conhecer o emprego dos recursos públicos no município. O Vereador, Sr. Fred Procópio, com satisfação conduz os trabalhos da Audiência Pública, informa que a audiência está sendo transmitida pela Tv Câmara, e o YouTube. Ressaltando que o registro seguirá em ata e publicizada no Site da Câmara, sendo designado o Vereador Dr. Mauro Peralta, para secretariar os trabalhos da sessão. Conforme Resolução Nº 88/2016, seguirão as ordens do trabalho e ao final aberto para perguntas e esclarecimentos. O Vereador Octavio Sampaio- líder da União Brasil e da direita, por participação online pede questão de ordem, e pede para conste sua presença em ata, na audiência. O Vereador Hingo Hammes pede questão de ordem para justificar que o Secretário da Fazenda, Sr. Paulo Roberto Patuléia, teve um atraso, e que está a caminho, mas que seu subsecretário e o Contador iniciarão a audiência. Com a palavra Secretário de Controle Interno, Sr. Thiago Mesquita Gibrail, cumprimentou o Presidente da Comissão e a todos os participantes do parlamento e agradeceu a presença do Subsecretário e do Contador Geral, na Audiência. Com a palavra o Sr. Alexander Silva- subsecretário da Fazenda cumprimenta a todos e se diz a disposição para qualquer esclarecimento. Dando seguimento a sessão, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador Fred Procópio passa a palavra para o Contador, Sr. Juarez Borges, que cumprimenta a todos os presentes e segue com a explanando sobre a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º quadrimestre 2022. Sr. Juarez Borges informa que foram consolidadas 31 unidades gestoras, compreendendo Câmara, Prefeitura e 26 fundos, 2 fundações, autarquias e, empresa de economia mista, não são consolidadas. Receita no 2º quadrimestre consolidada, arrecadação até agosto total de receita correntes R\$ 1.040.000.000,00 (Um bilhão, e quarenta milhões), e receita de capital R\$ 9.959.000,00 (Nove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil), Receita Bruta realizada até o período R\$ 1.076.838,003,31 (Um Bilhão, setenta e seis milhões, oitocentos e trinta e oito mil, zero, zero, três reais e trinta e um centavos),



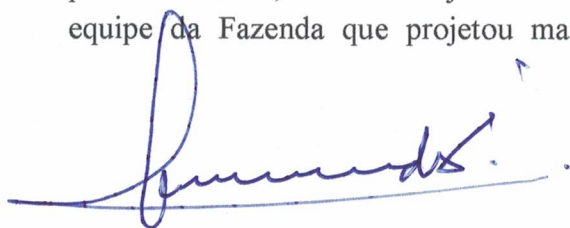
corresponde a 67% (sessenta e sete por cento) do orçamento. Temos deduções para FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica no valor de R\$ 28.199.706,30 (Vinte oito milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e seis reais e trinta centavos), Receita líquida arrecadada R\$ 1.048.638.297,01 (Um bilhão, quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e um centavo), em relação à despesa empenhada no período a um resultado orçamentário negativo déficit na ordem R\$ 166.259.309,54 (centro e sessenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e nove reais e cinquenta a quatro centavos) Receita a realizar, a despesa empenhada ao déficit. Sr. Juarez Borges em gráficos demonstra a participação de receitas percentuais arrecadadas; transferências do SUS, compreendendo Federal e Estadual com 19%, transferência FUNDEB- com 13%, ICMS com 13%, IPTU com 10, 57%, ISS com 6,610%, FPM 6,79%, IPVA com 3,965% e outras Receitas Intra-Orçamentária com 2,461%, transferência do FNDE com 1,516%, transferência FNAS com 0,57%. No assunto Arrecadação de tributos Municipais até o 2º quadrimestre, compreende a repartição: IPTU com 39,591%, ISS com 28,851%, IRRF com 12,768%, ITBI com 6,189% e Taxas com total de R\$ 14.851.997,49 (Quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e um mil), Dívida Ativa de R\$ 16.234.079,40 (Dezesseis milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais). A Receita Corrente Líquida apurada até o período foi de R\$ 1.443.142.226,97 (Um bilhão, quatrocentos e quarenta e três milhões, cento e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos) recurso apurado para pagamentos de gastos com pessoal, dívidas e operação de créditos, garantias e contragarantias. A Despesa Executada totalizou um valor de R\$ 1.213.899.711,28 (Um bilhão, Duzentos e treze milhões, oitocentos e noventa e nove mil e setecentos e onze reais e vinte e oito centavos) empenhada até o período e liquidada até o período um valor de R\$ 918.167.521,65 (novecentos e dezoito milhões, cento e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte um e sessenta e cinco centavos) com um resultado orçamentário comparada com a receita arrecadada e despesa liquidada, se teve um Superávit de R\$ 91.166.511,04 (noventa e um milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e onze reais e quatro centavos). Houve um gasto maior na área da Saúde, liquidada no valor de R\$ 317.765.072,58 (Trezentos e dezessete milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), na sequência Educação, Encargos Especiais (Dívidas e pagamentos inativos), conforma exposto no quadro em sessão, totalizando uma despesa liquidada no período no valor R\$ 918.167.521,65 (novecentos e oito milhões, cento e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos). Em outro quadro Sr. Juarez Borges apresenta a Participação de todas as Despesas Empenhada, na função, por amostragem. Saúde com 36%, Educação com 25%, Encargos Especiais com 13%, Administração e Saneamento com 8%, Urbanismo com 7%, Assistência Social com 3% Previdência Social 2% e outras funções com 1%. Com relação à Despesa Liquidada: Saúde 34%, Educação 22,98%, Encargos Especiais 14%, Saneamento 8%, Urbanismo 5%, Administração 6%, Assistência 2,98%, Previdência e outras despesas 1,5%. A Despesa com Pessoal do Executivo R\$ 620.692.395,94 (seiscentos e vinte milhões, seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos) o que representa gastos de 43,01% do limite, baseado na Lei Complementar Nº 101, que



permite até 51,30 %, estando o município abaixo do limite de alerta. Despesas com pessoal do Legislativo R\$ 20.724.295,39 (Vinte milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e cinco e trinta e nove centavos), atingindo 1,44% dos gastos, estando bem abaixo dos limites de referência. Despesas com Pessoal consolidada totalizando R\$ 641.416.691,33 (Seiscentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e três centavos), atingindo uma porcentagem de 44,45%, também bem abaixo dos limites da Lei Complementar. Despesas Próprias com Educação, total arrecadado para efeito de apuração e R\$ 496.489.576,93 (quatrocentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos) apresentou a dotação inicial em 25,81%, empenhada a receita com 36,82%, liquidada com 18,98% e pagas com 16,34%. Despesa com Saúde percentual aplicado em 15,26% totalizando de receita arrecadada menor que educação no valor de R\$ 492.264.086,38 (quatrocentos e noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitenta e seis reais e trinta e oito centavos), sendo empenhada 14,45%, liquidada 14,45% e paga 13,84%. Resultado Primário e Nominal acima da linha totalizou R\$ 331.228.461,80 (trezentos e trinta e um milhões duzentos e vinte oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), não entram encargos e nem aplicações financeiras ou mesmo empréstimos. Resultado Primário e Nominal abaixo da Linha, trata sobre a necessidade de financiamento do setor público, totalizando uma dívida consolidada do município no valor de R\$ 314.134.603,50 (trezentos e quatorze milhões, cento e trinta e quatro mil, seiscentos e três reais e cinquenta centavos) de Dívida Bruta, descontada da disponibilidade de caixa de R\$ 324.650.055,50 (Trezentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), com Dívida Consolidada Líquida de R\$75.053.367,10 (Setenta e cinco milhões, cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e dez centavos) com restos a pagar processados R\$85.568.819,10 (oitenta e cinco milhões quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e e dezenove reais e dez centavos) o Resultado Nominal Abaixo da linha no valor de R\$ 124.275.160,00 (cento e vinte e quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, cento e sessenta reais) com variação do saldo RPP a pagar e, Resultado Nominal ajustado total de R\$103.263.694,40 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), tendo um Resultado Primário abaixo da linha no total de R\$ 100.615.925,80 (cem milhões, seiscentos e quinze mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), compreendendo Precatórias e Dívida Contratual. Apurandouma Receita Corrente Líquida até o período de R\$ 1.443.142.226,97 (Um bilhão, quatrocentos e quarenta e três milhões, cento e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos). Estando, assim, o percentual de gastos dentro do limite de 120% e a Dívida Bruta de 21,77% e a Dívida Consolidada Líquida de 5,20% de limite. Sr. Juarez conclui sua explanação. O Vereador Fred Procópio agradece a apresentação feita, registra a presença do Vereador Gil Magnolider do governo e, a palavra ao Secretário da Fazenda Sr. Paulo Roberto Patuleia. O Secretário da Fazenda justificou o atraso e abre sua fala dizendo que o governo está complementando ações e os resultados demonstram que o município terá excesso de arrecadação mediante o trabalho. Com a palavra o Vereador Gil Magno, rende elogios



ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela atual equipe do governo. Na sequência o Vereador Hingo Hammes, inicia seu questionamento sobre qual a perspectiva que o atual governo tem sobre o valor do FUNDEB, ao que se diz ao excedente? Ano passado foi feito o rateio deste valor e pelo que se vê na explanação é que haverá novo excedente. Portanto, gostaria de saber qual a proposta que o governo tem para uso deste valor? Esta Casa Legislativa aprovou um Projeto chamado “Vale Educação” que trata sobre custear o transporte para os estudantes que tem gratuidade, reformas escolares etc., enfim, qual o planejamento do governo tem para uso deste recurso excedente em 2022? Secretário da Fazenda, Sr. Roberto Patuleia responde que será feito um planejamento e acompanhamento avaliar sobre os repasses federais e estaduais para que cumpra todos os índices de valores constitucionais, para atingir as metas da educação e saúde. Sr. Hingo Hammes reitera a pergunta, pois diz que sua pergunta se trata sobre a verba do FUNDEB, que sai os 25% da educação. Secretário diz que está sendo preparado um planejamento para ser usado com responsabilidade. O Vereador Hingo Hammes, menciona que a receita aumentou, e diz que o governo atual anunciou o percentual de 6,2% para os servidores e parabeniza a ação, pede então para esclarecer qual a base de cálculo usada e disse que se teria sido usada a mesma base de cálculo pelo governo em 2021? Secretário da Fazenda, Sr. Roberto Patuleia, disse que preparou a média baseado nos indicadores que o Governo Federal fornece, e, portanto, teria sido uma coincidência o 6,2%. O Governo está atuando com austeridade e, por isso vem gerando aumento da arrecadação, e isto vêm gerando impactos. Nos 5 anos antes não houve fiscalização, com efeito retroativo desses anos, e isto vem aumentando as arrecadações das principais atividades econômicas do município de Petrópolis, se aumentou a dívida ativa, cobrando de cima pra baixo, indo atrás dos grandes devedores, e por este caminho o percentual de 6,2% foi feito por austeridade. O governo atual está em busca de fazer justiça fiscal. O vereador Hingo Hammes agradece ao Secretário Patuleia, e diz que os questionamentos são assuntos trazidos para esclarecer as dúvidas e não para exaltar os ânimos, mas que foram feitos com total respeito. Ressaltou os bons desempenhos no período da sua gestão enquanto esteve na Prefeitura, citando o resultado do IPTU em 2021. Ainda com a palavra o Presidente da Câmara e Vereador Hingo Hammes traz dados do Governo do Estado por Decreto feito pelo Governador Claudio Castro sobre o novo repasse de ICMS ao município tendo um aumento de 3,42% o que dará um impacto positivo na arrecadação do próximo quadrimestre. O Vereador Hingo Hammes comentou sobre a ação judicial com a GE-Celma, em andamento, e que precisa de atenção, pois poderá gerar um aumento de arrecadação em 2022, e se houver penalidade será preciso ajustar no futuro, nesse sentido ficam meus apontamentos. Sr. Roberto Patuleia, pede a palavra e se justifica dizendo que seu tom se dá por entusiasmo frente ao trabalho desenvolvido e oportunamente pede para reestabelecer a ordem de verdade em razão de seus cabelos brancos que não foi o Governador Claudio Castro que determinou o decreto citado acima e sim, foram decretos anteriores que impulsionaram. Patuleia citou os DECLAN, e ressaltou o trabalho da equipe da Fazenda vem fazendo planejado e saudou a todos que por meio do trabalho da atual da Secretaria da Fazenda o percentual de 3,42% se fez jus ao município, mas que isto se deu por conquista de equipe da Fazenda que projetou maiores índices e, portanto, o que coube foi ao



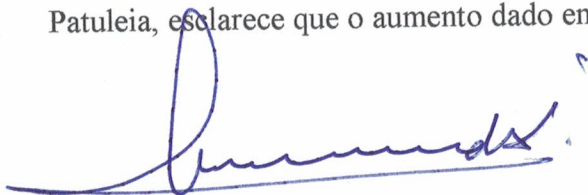
Governador, apenas, cumpriu uma determinação, pois não havia outra solução, cabendo a multa. E disto, se fez justiça com a nossa cidade e reestabelecida a verdade justiça fiscal, apontando o maior índice da cidade de Petrópolis. Com a palavra o Vereador Hingo Hammes parabeniza o Secretário pelos dados esclarecidos dos decretos, outro e dizer que em 2021 acompanhou algumas reuniões com a GE- Celma junto com a equipe técnica do município e por isso deixa claro a sua preocupação no assunto, já que a GE-Celma gera 80% da arrecadação e o resultado negativo pode gerar perda para cidade. O Presidente da Comissão, Fred Procópio passa a palavra ao Sr. Juarez Borges para um esclarecimento. Sr. Juarez pede a palavra para detalhar e esclarecer, sobre o FUNDEB, assunto trazido pelo Vereador Hingo Hammes. Sr. Juarez Borges traz dados transparentes da execução do FUNDEB, empenho e liquidez, esclarecendo que segue em execução fluida. Com a palavra o Vereador Mauro Peralta, cumprimenta ao Sr. Juarez Borges e em seu nome a todos os presentes. O Vereador Mauro Peralta pergunta ao Contador se os valores de R\$ 166 milhões de Superávit apresentado são econômicos ou financeiros e, qual o déficit do INPAS no período? Sr. Juarez responde que o valor faz referência a receita arrecadada até o bimestre, em relação à despesa empenhada a te o segundo quadrimestre também, a questão é que na despesa empenhada, estão os empenhos globais e estimativos, este déficit é financeiro em razão da receita e isto, no próximo quadrimestre a tendência é diminuir, com isto a receita vai ser arrecadada e não haverá muito mais a ser empenhado e chegará em um Superávit no final, e em relação a despesa liquidada, já há Superavit, conforme o caixa é feita a liquidação das despesas para posterior pagamentos. Vereador Mauro Peralta encaminha à Presidência da Comissão de Finanças, uma legislação com pedido de fluxo de caixa a Prefeitura, para identificar o que foi arrecadado e que postergado ao mês seguinte ao pagamento. Se há Superávit resultado financeiro/econômico se pagaria as empresas que vão até ao parlamento reclamar de faturas atrasadas. Sr. Mauro Peralta menciona que analisou o balanço do Hospital Alcides Carneiro – HAC - e identificou erros, constando verba que jamais será recebida, como déficit de tributos de anos e anos, não pagos, e, portanto, o patrimônio está positivo, quando na verdade está totalmente negativo. O Vereador Mauro Peralta diz que levará essa questão ao MP. Sr. Juarez Borges com a palavra esclarece que a questão é vista pelo Alcides Carneiro como realizável ou crédito a receber contratos que eles entendem que se identifica como falta de repasse da Prefeitura, mas no balanço não consta nenhum reconhecimento relacionado a isto, no balanço da entidade PMP. Sr. Mauro Peralta reafirma que o balanço do Alcides Carneiro tem inconsistência, pois se não consta no balanço maior que é a PMP, não constará no balanço menor, nem em empresas particulares jamais poderá se reabrir um balanço passado. Neste caso, alguém terá que se responsabilizar. Dr. Mauro reitera sua pergunta sobre o INPAS. Sr. Juarez Borges responde que para responder precisará aguardar a publicação do quadrimestre com o déficit do INPAS. O Vereador Dr. Mauro Peralta pergunta sobre o programa “Concilia Petrópolis”. O Secretário da Fazenda em resposta diz que são inúmeras demandas, mas essa proposta aprovada na Câmara segue agora no DELCA e segue no radar do governo e será aplicada na Casa dos Conselhos, a partir de 02 de novembro de 2022 até 21 de dezembro de 2022. O Vereador Mauro Peralta parabeniza as iniciativas. Sr. Roberto Patuleia com a palavra reconhece a grande



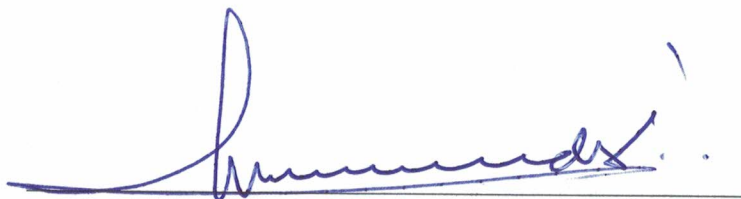
importância da participação dos Contadores da cidade que contribuem na missão de obrigações com o DECLA. Sr. Hingo Hammes, parabeniza aos Contadores e Contabilista pelo Dia Municipal dos Contadores, dia 28. Com a palavra o Vereador, Dr. Mauro Peralta pergunta se há algum estudo da Secretaria da Fazenda encaminhar a esta Casa um Projeto de Lei sobre o IPTU progressivo sobre esses inúmeros galpões e são subutilizados? Sr. Roberto Patuleia, informa que criará uma comissão para fazer uma reforma tributária municipal, pois é uma vergonha, as taxas atuais e as multas, pois será preferível pagar a multa que pagar os tributos, isto precisa ser corrigido, e isto dará credibilidade ao tributo. A reforma está desde 1978 e sofreu apenas uma única e mínima reforma tributária pelo governo atual, mas precisa haver uma revisão e atualização da Reforma Tributária, dentro da lei e isto será estudado pelo Governo e será encaminhado à Câmara. Sr. Hingo Hammes, para contribuir com o assunto ele e o Vereador Mauro Peralta – coautor - protocolaram um Projeto de Lei na intenção da criação de um IPTU progressivo e dá exemplos, o Projeto está tramitando na Casa e brevemente entrará em discussão, passará pelas comissões e será discutido com o líder do governo na Casa Legislativa para ajustes, se necessário. Esse projeto já está tramitando na Casa e poderá certamente contribuir com o novo Código Tributário mencionado pelo Secretário. O Vereador, Sr. Hingo Hammes cita também sobre a discussão de pauta feita com o Vereador Fred Procópio, relacionado à atualização do Código de Postura, quanto às taxas e multas, tornando-as adequadas. O Presidente da comissão, Fred Procópio agradece a discussão aos pares, pois os dois temas estão em seu panfleto de campanha que são, o IPTU Progressivo e a Reforma Tributária. Pela ordem, o Vereador Octavio Sampaio cita sobre a importância da Reforma Tributária e encaminha a criação de uma Comissão Especial para trabalhar o tema e, pede que se não êxito na candidatura eleitoral, ele possa compor a comissão. Sr. Hingo Hammes ressalta que o Vereador Octavio Sampaio foi Presidente da Comissão do Código de Postura - 2021 e ele é bastante ativo nessas pautas, assim como a pauta aprovada ontem sobre a desburocratização dos serviços. Com a palavra o Presidente Fred Procópio, pergunta qual posicionamento dos representantes do executivo frente a inconsistências apontadas no balanço do Hospital Alcides Carneiro? O Secretário de Fazenda diz que os balanços serão revisados e isto será corrigido dentro da lei e transparência. Sr. Fred Procópio agradece ao Secretário. Com a palavra Vereador Dr. Mauro Peralta diz que não há nada prescrito e a dívida está consolidada, se fosse uma empresa particular estaria fechada, mas digo que é importante rever o balanço e acertar, pois sendo ele leigo viu, imagina quem não é. O Presidente da Comissão Fred Procópio agradece as discussões e encaminha os assuntos para a Comissão de Saúde para melhor esclarecer e cruzar os dois dados. O Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Fred diz que tem ciência sobre a mudança tributária nos EUA, mas diz que não acompanhou o desdobramento da ação judicial e pergunta se há uma liminar e qual o valor estimado desse aumento de arrecadação. Sr. Roberto Patuleia, diz que GE-CELMA é parceira edisse que a empresa reconheceu a importância da liminar e que ele não tem conhecimento sobre pedido de recurso. Sendo assim, foi feito a retificadora pela Secretaria de Fazenda do Estado e assim determinado o novo índice para 22 e voltando lá trás de 19. O valor não foi respondido pelo Secretário, apenas mencionado o trabalho árduo feito pelo próprio e sua



equipe de trabalho. Sr. Hingo Hammes pede a palavra e apresenta fonte dizendo que houve a contestação pela empresa GE-Celma no dia 25 de setembro e bem provável que Vossa Excelência ainda não deve ter tido acesso. O Subsecretário Dr. Alexander com a palavra diz que são movimentos distintos do processo, em que foi concedida a liminar com decisão com fundamentação bem robusta, e contra essa liminar não houve recurso, houve uma contestação com relação ao mérito e, portanto, condutas processuais distintas. Sr. Hingo Hammes diz que não é advogado, mas para se fazer entender que a GE-Celma recorreu e isto é um risco, pois implicaria no aumento do recurso, e claro que todos querem que ele seja ampliado, mas reitero e deixo registrado em termos corretos que houve uma contestação. O Subsecretário, Sr. Alexander Silva diz que o nível da decisão e já virou um esboço da sentença e isto é foi uma classificação contábil e com base nisso foi dada a liminar. Sr. Fred Procópio pergunta se não há risco? Sr. Alexander diz que zero prejuízo para GE-Celma. Sr. Fred pergunta se há risco fiscal de comemorar essa receita e isso ser revertido em decisão? Sr. Alexander Silva esclarece que no âmbito do direito, três classificações de risco, mas se for colocado nesse parâmetro é baixo o risco, porque é uma questão mais financeira contábil que jurídica, mas nesse contexto, Sr. Alexander acredita que não. Vereador Mauro Peralta se colocar como risco provável ele teria que provisionar, e como risco a distância não precisa provisionar o que for recebido. O Sr. Presidente da Comissão consulta ao Contador Juarez Borges se confere o que fora tecido pelo vereador Mauro. Sr. Juarez afirma que sim. Sr. Fred Procópio diz ao Secretário de Fazenda que o município tem uma ação dos servidores em face ao número 6,2% dado pelo então Prefeito Rubens Bomtempo em 2016, e que não foi executado pelos gestores seguintes e os servidores ingressaram na justiça e ganhou esse reajuste do valor retroativo, algo em torno de R\$150(cento e cinquenta milhões de reais), se tornou um processo de execução judicial por parte do SISEP e SEPE, com várias reuniões. A pergunta é como a Fazenda está se preparando para cumprir essa ordem? Qual o cenário da secretaria, mediante essa demanda e outras como tragédias, chuvas e outras demandas do município? Sr. Secretário da Fazenda, Sr. Roberto Patuleia diz que desconhece a informação, mas que entende que deva correr pelo campo jurídico via procuradoria e depois quando houver uma decisão final, nada impede de análise da Secretaria da Fazenda e trabalhar como bem citado pelo Vereador Mauro, quem tem dívida, tem que avaliar se tem caixa para pagar à vista com direito a redução ou faz um financiamento, refiz. No poder público teremos que analisar, quem faça no âmbito individual cabe ir para o precatório; será necessário fazer plano de pagamento, identificar o que é em conjunto do que é individualizado e, será objeto de análise, porém não negarei e estarei pronto para atender, rever e analisar. Mas será por plano de pagamento, pois não há como retirar de caixa R\$150.000.000,00(Cento e cinquenta milhões), sem chance. Será planejado. Pela ordem, a palavra com o Vereador Marcelo Lessa, que cumprimenta a todos e em seguida cita sobre o aumento dado aos servidores sem responsabilidade em 2016 pelo atual Prefeito que estourou na mão do Prefeito que assumiu a posterior. Mas, Sr. Marcelo Lessa pergunta se há um cronograma de pagamento aos prestadores de serviços à Prefeitura, pois tem havido muitas reclamações em seu gabinete sobre atrasos nos pagamentos. Sr. Roberto Patuleia, esclarece que o aumento dado em julho de 2016 foi deixado no orçamento com



o aumento de ICMS e o Prefeito de 2017 por decreto ele cancelou e nada foi feito para aumentar a arrecadação, por isso não procede. O Prefeito Rubens Bomtempo seguirá as orientações legais e sempre com o fluxo de caixa. Sr. Marcelo Lessa com a palavra diz que o governo Rubens Bomtempo é um governo Fake News, deixou o governo passado um caos e deixará novamente. Digo que a culpa não é do Secretário da Fazenda e sim do Prefeito. Com a palavra o Secretário Thiago Gibrail apenas para esclarecer que na época do aumento dos 6.2% de 201 aos servidores e em respeito ao Vereador Marcela Lessa diz que o percentual foi suspenso por inclusive, essa Câmara Legislativa em 2017, a pedido pelo então Prefeito Bernardo, neste sentido é preciso reestabelecer a verdade e com apoio da Câmara mandou suspender o pagamento. Na sequência o Presidente da Comissão de Finanças agradece os esclarecimentos do Controlador Geral e segue uma pergunta a título de curiosidade e desconhecimentos sobre uma despesa com saneamento no valor de R\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões), o que é incorporado? Sr. Juarez Borges diz que não tem nada de forma detalhada para apresentar na sessão, mas que poderá preparar algo para enviar a posterior com detalhamentos de subfunção e por econômica identificando onde está sendo executada. Em últimas considerações, com a palavra o Secretário de Controle Geral, agradece na figura de cidadão ao Prefeito Rubens Bomtempo, Procuradoria, Controladoria e Contadoria, e em especial ao Secretário da Fazenda, Paulo Roberto Patuleia pela lucidez e inteligência, nos seus 78 anos de idade mais uma vez traz um legado para cidade, aumentando o índice de arrecadação. Com a palavra o Presidente da Comissão Fred Procópio finda os trabalhos do dia, dizendo que na certeza de que esta Casa busca sempre o interesse da cidade, o encontro de hoje foi espaço para se informar e melhor representar a todos os petropolitanos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Sr. Fred Procópio, parabeniza toda a equipe da Secretaria da Fazenda e dá por encerrada a Audiência Pública, às dezesseis horas, agradecendo a presença de todos.



Fred Procópio

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças